

Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO

Edson Batista Silva

Universidade Estadual de Goiás (UEG)

e-mail: edson_bat_silva@hotmail.com

Manoel Calaca

Universidade Federal de Goiás (UFG)

e-mail: manoelcalaca.geo.ufg@hotmail.com

Resumo

Este artigo tem o objetivo de analisar se a conquista e produção territorial do Assentamento Cunha contribuiu para a produção agroecológica, assim como apontar se o agronegócio interfere na sua territorialidade cotidiana. Para atingi-los foram realizadas pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, além de pesquisa de campo, também foram utilizadas caderneta e máquina fotográfica. Os resultados apontam que a conquista da Fazenda Cunha contribuiu para a produção agroecológica, pois representou a retomada do território do agronegócio. A produção territorial do Assentamento Cunha, fruto da disputa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), com a base, o Estado e a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), não impediu a produção agroecológica, mas dificultou a formação do território agroecológico amplo. Pois, a disposição dos limites negligenciou princípios da agroecologia, como a autonomia dos produtores, por meio da agrobiodiversidade. Já a economia do agronegócio interfere na territorialidade do assentamento, com o cercamento material da produção em Cristalina. Além dos resultados do pacto de poder do agronegócio, que determina os rumos da política agrícola.

Palavras-chave: Território; agroecologia; campesinato; agronegócio; disputa territorial.

Abstract

Dispute over the land and on the land: possibilities for agro-ecological production at Cunha settlement, in Cidade Ocidental, Goiás

This article aims to analyze whether the conquest and territorial production of Cunha Settlement has contributed to the agro-ecological production, as well as pointing whether the agribusiness interferes in its everyday territoriality. To achieve them were performed bibliographical researches, documentary research and field research, were also used notebook and camera. The results show that the conquest of Cunha Farm has contributed to the agro-ecological production, because it has represented the resumption of the territory of the agribusiness. The territorial production of Cunha Settlement, fruit of the dispute of the Movement of landless Rural Workers (MST), with the base, the State and the Confederation of Workers in Agriculture (CONTAG), has not prevented the agro-ecological production, but has hindered the formation of the ample agro-ecological territory. Therefore, the production of the limits has neglected principles of the agro-ecology, like the producers' autonomy, by means of agro-biodiversity. Now the economy of the agribusiness interferes in the territoriality of the settlement, with the material approaching by means of the production in Cristalina. In addition to the results of the pact of power of the agribusiness, which determine the directions of the agricultural policy.

Keywords: territory; agroecology; peasants; agribusiness; Territorial battle.

Resumen

Disputas por la tierra y en la tierra: posibilidades para producción agroecológica en el asentamiento Cunha en Ciudad Occidental, GO

Este artículo tiene como objetivo analizar si la conquista y producción territorial del Asentamiento Cunha contribuyó para la producción agroecológica, así como apuntando si el agroindustria interfiere en su territorialidad cotidiana. Para alcanzarlos fueron realizadas investigaciones bibliográficas, investigaciones documentales, además de pesquisa de campo, también fueron utilizadas borradores y cámara fotográfica. Los resultados apuntan que la conquista de la Hacienda Cunha contribuyó para la producción agroecológica, ya que representó la retomada del territorio del agronegocio. La producción territorial del Asentamiento Cunha, fruto de la disputa del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), con la base, el Estado y la Confederación de los Trabajadores en la Agricultura (CONTAG), no impidió la producción agroecológica, pero dificultó la formación del territorio agroecológico más amplio. Pues la disposición de los límites negligenciaron principios de la agroecología, como la autonomía de los productores, por medio de la agrobiodiversidad. Ya la economía del agroindustria interfiere en la territorialidad del asentamiento, como el cercamiento material por medio de la producción en Cristalina. Además de los resultados del pacto de poder de la agroindustria, que determina los caminos políticos agrícolas.

Palabras clave: Territorio; agroecologia; campesinado; agroindustria; disputa territorial.

Introdução

Este artigo é resultado da pesquisa de dissertação de mestrado, defendida no Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás. Analisa as disputas pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha (Figura 1) como possibilidades para a produção agroecológica, assim como, aponta a interferência do agronegócio na territorialidade cotidiana do assentamento. Parte do pressuposto teórico-metodológico de que há uma disputa territorial no Cerrado, reafirmada por Calaça e Chaveiro (2012), quando refletem sobre a disputa entre a agricultura camponesa e a monocultura no Cerrado goiano. Nesse sentido, esses autores acreditam que há um conflito entre o agronegócio, pactuado com o Estado e com a mídia, entre outros atores, e o campesinato, articulado nos movimentos sociais e apoiado por organizações aliadas.

Nesse íterim, se há a disputa por projetos entre atores, representado pelos monocultivos de um lado e pela agroecologia, como projeto de reprodução social do campesinato do outro, qual foi a contribuição da disputa pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha para a construção do território da produção agroecológica? Qual é a atuação do agronegócio no interior do assentamento? O recorte espacial se justificou pela existência no Assentamento Cunha de experiências agroecológicas de Polos Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade (CIMAS). Quanto ao recorte temporal, se concentra no período de 1997 a 2013, momento em que ocorre a ocupação, o acampamento e a consolidação do assentamento. Para responder às indagações acima se procedeu a pesquisa bibliográfica com o intuito de compreender categorias e conceitos como: território, campesinato, agronegócio e agroecologia. A leitura e fichamento de obras forneceram arcabouço teórico-metodológico às análises empreendidas. A pesquisa também implicou no levantamento de dados secundários sobre o assentamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como na Via Campesina, acerca da agroecologia como possibilidade de reprodução social do campesinato.

E na tentativa de compreender o movimento da totalidade, das mediações, das contradições que envolvem a disputa entre atores na produção de alimentos, foram primordiais os dados primários e informações da pesquisa de campo. Assim, de início se definiu que seriam realizadas entrevistas com as sessenta e duas famílias assentadas. No entanto, uma delas se negou a prestar informações, com isso, foram entrevistadas sessenta e uma famílias.

Figura 1



A entrevista se deu na modalidade estruturada, com formulário previamente elaborado. Além dele, sempre se tinha em mãos a caderneta de campo, para anotar informações e dados primários, assim como a máquina fotográfica, para registro das impressões das observações simples, diretas a campo. Para as entrevistas semi-estruturadas se elegeu líderes que participaram da formação do assentamento e que viveram no espaço herdado. As entrevistas foram desenvolvidas entre dezembro de 2012 e junho de 2013. E, como ao decorrer da pesquisa se notou a importância do MST no assentamento, foi aplicado um questionário com uma liderança da Via Campesina/MST nacional, para abordar a questão referente ao modelo de produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica.

Dessa forma, os dados primários, secundários e as informações coletadas foram tabulados e apresentados em mapas, gráficos, fotos e no corpo do texto. Nas referências aos discursos dos entrevistados foram adotados nomes fictícios, tendo em vista preservarem a integridade dos mesmos, exceto nos casos em que houve autorização expressa dos interlocutores. Contudo, em determinados depoimentos sequer o nome fictício foi utilizado, se adotou a denominação dirigente ou membro. O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, a discussão se concentra nas categorias campesinato e território, enquanto na segunda, as reflexões se vertem para os conceitos de agroecologia e agronegócio, já na terceira as análises se relacionam à importância da disputa pela conquista e produção territorial do Assentamento Cunha para a produção agroecológica. Na quarta, o debate se vincula à interferência do agronegócio na territorialidade da produção agroecológica do assentamento em questão. Nesse ínterim, nas próximas páginas a análise se voltará para as categorias território e campesinato.

Território e campesinato: elementos teóricos para construir o concreto pensado

As transformações históricas impõem a necessidade de repensar as categorias geográficas, para entender a realidade espacial. O território, por longos decênios esteve vinculado ao território nacional. No entanto, surgiram novas leituras e há tanto convergências como divergências entre elas. Segundo Haesbaert (2004), ora são mais idealistas, ora mais materialistas, ora tentam conciliar estes dois extremos. Gomes (2008, p. 38), por exemplo, o entende da seguinte forma: “[...] o território é a forma espacial instrumentalizada como forma de poder, pelo domínio sobre a distribuição ou simplesmente pelo controle dos objetos espacializados [...]”. Nesse conceito, a centralidade está no arranjo e controle dos objetos no espaço, quem controla tanto sua organização quanto sua existência cotidiana detém o território.

No entanto, o controle da organização das formas espaciais nem sempre implica o controle direto dos homens, mesmo que se leve em conta os atores hegemônicos. A luta pela terra comprova que o controle do arranjo espacial pelos latifundiários e grupos multinacionais, amparados pelo Estado, não implica em domínio completo dos camponeses nem em sua extinção. A necessidade de terra, pelos sujeitos que delam precisam, faz originar os acampamentos, as ocupações e os assentamentos. O território se encontra em constante construção porque as relações de conflito por ele e nele não cessam. Essa dinâmica é denominada de territorialização/desterritorialização/reterritorialização (TDR). Segundo Haesbaert (2004), a territorialização é o controle/domínio dos indivíduos de um espaço; a desterritorialização é a perda de controle/domínio dele, sendo a reterritorialização a retomada de controle/domínio do espaço.

No que tange ao território, Fernandes (2009), também defende os elementos materiais e imateriais em sua construção. A formação do território envolve a aceitação de domínio, todo poder se faz também por um corpo teórico que o legitima. O discurso de modernização, articulado pelo agronegócio, prega a irracionalidade das práticas camponesas. Sua intenção é construir território imaterial/material no campo. Já outros autores se distanciam da perspectiva materialista e dão importância às relações sociais, o espaço torna-se quase um substrato. Souza (2007, p. 97) em crítica a Raffestin afirma:

Ao que parece, Raffestin não explorou suficientemente o veio oferecido por uma abordagem relacional, pois não discerniu que o território não é o substrato, o espaço social em si, mas um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial. (Sem sombra de dúvida, pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais; mas aí falamos dos trunfos espaciais da defesa do território e, não, do conceito de território em si).

A materialidade tem pouca relevância na definição de Souza (2007). Haesbaert (2001) critica, na conceituação de território, o desprezo pela materialidade, que é parte não apenas do jogo de enfrentamento pelo controle de um espaço, mas também permite apontar quem se apropria/domina quem em determinado lugar e em determinado momento. Concorda-se com Haesbaert (2001), a materialidade é importante no campo de forças estabelecido entre atores sociais, seja para a conquista de porções do espaço, ou para a defesa delas, além disso, não existem territórios fora da materialidade. Portanto, o substrato é parte do conceito de território. As ocupações, os acampamentos e os assentamentos são ações importantes no campo de forças com outros atores, tanto para a conquista do direito à terra, quanto para articular outra perspectiva de campo com a agroecologia. A terra para o camponês é o seu território. Na Geografia, alguns pesquisadores buscam pôr fim à dicotomia materialista-idealista, procuram um equilíbrio entre as duas perspectivas, como nota-se em Haesbaert (2009, p. 106):

Considerando os dois extremos (que, se existissem, seriam apenas enquanto ‘tipos ideais’), diríamos que não é possível conceber territórios puramente funcionais (já que sempre, por menos expressiva que seja, estará neles contida uma dimensão simbólica), nem territórios puramente simbólicos (neste caso, alguma referência a um espaço material, por alguns denominados espaço, ou território-“de referência identitária”, deverá estar presente).

Nesta compreensão o território é ao mesmo tempo material e simbólico para os seus sujeitos. De fato, não se pode negligenciar a cultura como elemento político. Por meio dela o camponês, nas disputas territoriais, pode articular formas de resistência para continuar a existir no campo. Ou seja, potencializa a construção de outros usos dos espaços dos assentamentos. O certo é que essas reflexões trouxeram subsídios importantes ao trabalho. Mas os questionamentos da pesquisa levaram-nos a dar maior atenção às concepções de Raffestin (1993), Saquet (2011, 2007) e Calaça e Chaveiro (2012). Raffestin (1993) parte de uma perspectiva relacional. O autor define território nos seguintes termos: “O território [...] não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território.” (RAFFESTIN, 1993, p. 07). Em outra parte complementa: “[...] é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível.” (RAFFESTIN 1993, p. 128). Nestes dois momentos o território, concreto ou abstrato, é entendido como produto do trabalho realizado pelos atores sociais. Sendo que a produção territorial provoca a desterritorialização de sujeitos sociais territorializados, cria disputas. Saquet (2011), em sua reflexão sobre território, se aproxima de Raffestin (1993) e elabora importantes contribuições. Nas obras de 2007 e 2011, considera importantes os seguintes elementos no estudo do território:

I) A primeira, elaborada por Giuseppe Dematteis [...] a) identificar e explicar a rede local de sujeitos [...] as interações entre indivíduos num território local b) caracterizar o *milieu* local [...] c) entender a relação da rede local com o *milieu* local d) compreender a relação interativa da rede local com redes extralocais [...] II) A segunda, construída ao longo da trajetória de Claude Raffestin, [...] a) o ator (individual ou coletivo) [...] b) o trabalho humano [...] c) os mediadores materiais [...] d) o programa do ator [...] III) A terceira, elaborada por Brunet (2009) [...] a) lei da apropriação [...] b) da intercomunicação [...] c) dos lugares de poder [...] d) da concentração de atividades e pessoas e) da centralidade; f) dos lugares estratégicos [...] g) da segregação espacial; h) da delimitação i) da interface [...] j) da descontinuidade; k) da assimetria [...] m) da extinção IV) A quarta é nossa [...] a) os sujeitos sociais e suas relações [...] b) as apropriações (i) materiais [...] b1) como dominação [...] b2) como uso, manejo, interferência na natureza exterior [...] c) as técnicas e tecnologias [...] d) as relações de poder e trabalho como consumo de energia [...] e) os objetivos, as metas e as finalidades [...] f) as relações do homem com a sua natureza [...] g) as continuidades e descontinuidades [...] h) as temporalidades [...] e as territorialidades (SAQUET 2011, p. 73).

Além dos elementos mencionados, aparecem também outros considerados importantes na abordagem relacional e histórico-crítica proposta por Saquet (2011), tais como: os fluxos, o território enquanto instância e como condição para reprodução social. Há em Saquet (2011) uma abordagem (i)material, que leva em conta a complexidade multidimensional das relações de poder. Já Calaça e Chaveiro (2012, p. 195) definem a abordagem territorial do Cerrado nos seguintes termos:

A edificação de uma abordagem territorial do Cerrado, ao tomar como cerne o seu uso e a sua ocupação, coloca como necessidade a compreensão de um jogo de mediações entre os atores e os sujeitos que agem nessa dinâmica; as suas intencionalidades e as estratégias ideológicas que lhes dão suporte; os pactos entre os atores e a participação do Estado; a relação

entre as classes sociais e as diferentes estratégias de absorções de cada lugar no mundo dos negócios. E ainda: o papel da infraestrutura, e da cultura, bem ao modo como Almeida (2005) denomina de 'natureza culturalizada.

Há uma proximidade entre esses geógrafos, guardadas as especificidades das ideias de cada autor. Mas, Além disso, nas reflexões de Raffestin (1993, p.135), são representativas as análises sobre a produção territorial. “Toda prática espacial, mesmo embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos se traduz por uma ‘produção territorial’ que faz intervir tessitura, nó e rede.” Segundo o autor, a disposição no espaço, dos nós, redes e tessituras é divergente de um ator para outro. Por isso, antes de entender o produto territorial é importante analisar quem articula a produção dele, isso remete às tramas tecidas na ocupação do espaço.

Raffestin (1993, p. 152), na discussão da produção territorial, assegura: “[...] os limites não são nem inocentes, nem naturais, muito menos arbitrários. Eles fazem parte de nosso jogo de reprodução social: produção, troca, consumo.” A prática espacial é carregada de intenções e pode assumir um caráter negativo ou positivo para o campesinato. Se controlada por atores externos que impõem limites, dificulta a unidade camponesa. A forma da produção territorial é consequência da expansão dos investimentos capitalistas, mas sofre a influência da territorialidade dos próprios grupos sociais. Afinal, como declara Raffestin (1993), há elementos histórico-identitários que tornam os limites mais rígidos. No seu conceito de territorialidade ele afirma: “[...] a territorialidade [...] reflete a multidimensionalidade do ‘vivido’ territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens ‘vivem’, ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial [...]” (RAFFESTIN 1993, p. 142-143).

Na definição, territorialidade é expressão das relações de poder cotidianas dos indivíduos, seja com o meio, seja com outros atores sociais, que os leva a produzir e a consumir o território, além de trocar experiências e a compartilhar modos de construí-lo, o que resultam em saberes quanto às formas de dividir o espaço. Portanto, as análises desse texto se inserem nessa perspectiva, porque se entende que há atores para além do Estado no conflito pela terra e permanência nela no Assentamento Cunha. De um lado estão os camponeses, organizados em movimentos sociais e suas alianças com outras organizações. Do outro está o agronegócio, os pactos tecidos nessa disputa assumem caráter de classe. O fato é que o campesinato, não somente conquista territórios, como luta por uma produção territorial favorável à sua reprodução social. Mas afinal o que é o campesinato? Na discussão marxista ortodoxa, o campesinato é entendido como resíduo histórico. Segundo Fabrini & Marcos (2010), Marx (1818-1883), de início teve posições favoráveis aos camponeses. Mas a possibilidade histórica da revolução socialista em 1848, em que os camponeses franceses se negaram a pegar em armas, o fez rever essa posição.

Todavia, em seus últimos anos de vida, ocorre uma virada em seu pensamento, isso é notório na carta a Vera Sassulitch de 1881 (2005), em que aponta para as possibilidades socialistas da comuna rural, até de regeneração da sociedade russa. Mas os marxistas ortodoxos, segundo Guzmán; Molina (2005) utilizam Kautsky (1998) para reafirmar a eliminação do camponês com o desenvolvimento do capitalismo. Guzmán; Molina (2005) defendem esta interpretação como equivocada, já que Kautsky (1998) acreditava na existência de um setor camponês no capitalismo, como fonte de acumulação contínua. Já Luxemburgo (1985) defende uma lacuna na teoria marxista ao não considerar que o capitalismo necessita de formas não capitalistas de produção para se reproduzir. Vergés (2011) declara que o campesinato é produto das necessidades de reprodução do capitalismo, sendo explorado por diversos caminhos. Contudo, afirma que ele, enquanto classe, também é produto da luta contra a ação expropriadora do capital. No viés cultural, Woortmann (1990) afirma que há três categorias culturais fundamentais para entender o camponês, sendo elas: terra, família e trabalho, dentro dessa tríade há relações de reciprocidade. Com isso, chama a atenção para a subjetividade das ações camponesas.

No entanto, como declara Bourdieu (1983), a subjetividade é resultado da relação entre a interioridade e a exterioridade, expressa no conceito de *habitus*, entendido como o *modus operandi* dos sujeitos sociais. Com isso, Almeida (2006) propõe o conceito de *habitus* de classe do campesinato, que expressaria a identidade camponesa a partir da ideia da tradição dinâmica. O fato é que a identidade camponesa se assemelha ao conceito pensado por Castells (1999), é identidade de resistência frente às contradições produzidas pela economia do agronegócio. Dessa maneira, entende-se que o campesinato, como portador de uma identidade coletiva de resistência, não é produto apenas das necessidades de reprodução ampliada do capital, mas da luta organizada contra o sistema capitalista. E como declara Shanin (2005), entre suas características centrais está a presença do estabelecimento rural familiar, como fator de organização da vida econômica e social, além das relações internas e externas que estabelece com o acontecer político-econômico global. Nesse ínterim, no próximo item o debate se verte para os conceitos de agronegócio e agroecologia, para refletir sobre os projetos em disputa no Assentamento Cunha.

Agronegócio e agroecologia: o imperialismo *versus* a autonomia camponesa

A Segunda Revolução Agrícola representa o germe do agronegócio, já que, como afirmam Leite e Medeiros (2012), esse termo também contempla o uso de máquinas e insumos na agricultura. Nesse sentido, ela resultou na subordinação da agricultura à indústria e o seu discurso imperialista/colonialista criou as bases para o início do agronegócio no continente europeu. Com a “Revolução Verde” se aprofunda esse processo, segundo Fernandes e Welch (2008), as multinacionais do agronegócio foram beneficiadas, pois passaram a manipular a produção do conhecimento, as tecnologias, as políticas agrícolas, os discursos e o mercado de alimentos. Ela institui em período recente a biotecnologia bioimperialista, de acordo com Gonçalves (2012, p. 238): “[...] uma modificação radical da biotecnologia, que tende a se tornar uma produção de laboratório, com barreira de acesso-propriedade intelectual-posto que priva a maior parte dos agricultores do acesso à propriedade.” Essa biotecnologia permitiu a fabricação de sementes-objeto, que têm funções determinadas e possuem obsolescência programada. Portanto, o agronegócio internacionalizado se destaca pelo “controle” e mercantilização da vida, os agricultores são submetidos à renda dos *royalties*. Segundo Calaça (2010, p. 7):

A biotecnologia proporcionou, ao agronegócio, alterações no padrão técnico de produção à custa de maior dependência das tecnologias empregadas e dos insumos necessários ao desenvolvimento das atividades agrícolas e pastoris. A agricultura moderna reduz a maturidade dos ecossistemas e a diversidade de espécies animais e vegetais [...].

Portanto, o conceito de agronegócio deve incorporar a ideia de processo e principalmente de projeto imperialista do capital industrial/financeiro pós-Segunda Guerra Mundial. Leite e Medeiros (2012) afirmam que nesse projeto há aspectos econômicos, políticos, sociais e institucionais envolvidos. Por isso, existe o esforço de algumas instituições de construir discursos positivos que o vincule ao moderno, dinâmico, produtor de divisas e fundamental para a economia nacional. Entretanto, essa construção simbólica visa esconder mazelas sociais e disputar no Estado fatias maiores de recursos públicos. Como destaca Delgado (2013), o agronegócio deve ser compreendido como um pacto de poder de economia política, em que entram as multinacionais, os empresários rurais e os latifundiários, o capital financeiro, comercial e especulativo, que contam com o amparo do Estado, via pressão da bancada ruralista. Como antítese ao agronegócio, organizações camponesas mundiais adotaram a agroecologia como matriz para o desenvolvimento de seus territórios. Com isso, há uma disputa territorial quando organizações como a Via Campesina propõe no documento: “*De Maputo a Yakarta: 5 anos de Agroecologia na Via*

Campesina (2013)”, a agroecologia como modelo que atende aos interesses do campesinato mundial.

Na discussão acadêmica há duas escolas de agroecologia. Segundo Guhur e Toná (2012), uma de matriz americana, que privilegia a dimensão técnica, outra de origem europeia, que se centraliza nos aspectos sociais. Quando comparada a outras vertentes da agricultura orgânica, a agroecologia se diferencia pela maior atenção aos aspectos políticos, econômicos e culturais. Segundo Altieri (2012), ela é tanto uma ciência quanto um conjunto de práticas. Como ciência, se baseia na Ecologia para o estudo, desenho e manejo dos agroecossistemas. Para o autor, a agroecologia não deve se restringir à dimensão técnica, precisa incorporar a perspectiva social. Ortega e Miranda *et al.* (2009) se aproximam dessa compreensão. Afirmam que a agroecologia como conhecimento interdisciplinar é a aplicação de conceitos e princípios da Ecologia. Já Machado (2009) a concebe como a agronomia da década de 1940. Para ele, esse modelo se contrapõe à agronomia convencional e adota como princípios: a dialética na relação sociedade/natureza, o respeito aos tempos da natureza, a não vinculação apenas aos aspectos técnicos, mas também aos elementos sociais. Caporal (2009) entende a agroecologia como enfoque científico holístico, interdisciplinar, que está no campo do pensar complexo.

Costa Neto (2009) também a compreende como enfoque teórico metodológico interdisciplinar, antagônico à “Revolução Verde”, que leva em conta elementos técnicos e sócio-culturais. Molina (2009), todavia, adverte que as discussões da agroecologia têm privilegiado a técnica, em detrimento dos aspectos político-econômicos e defende a necessidade de buscar as contribuições da Ecologia política para fortalecer a agroecologia, pois nenhuma forma de produção escapa às relações de poder, pelo contrário, são determinadas por elas. Há diversas concepções de agroecologia com uma clara disputa conceitual. Compreende-se que sua redução aos aspectos técnicos a torna similar à agricultura orgânica de mercado. É importante a incorporação dos elementos político-econômicos e culturais. Em suma, a agroecologia precisa ser entendida como uma práxis fundamental para a construção de outro modelo de agricultura e, conseqüentemente, de sociedade. No próximo item o debate se volta para os resultados da pesquisa, especificamente para a disputa na conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a produção agroecológica.

A conquista e produção territorial do Assentamento Cunha como possibilidade para a territorialização da agroecologia

No Cerrado após 1970 se intensificou a mudança da base técnica e o sentido da agricultura com a modernização e os conflitos inerentes a esse processo. A propriedade conquistada pelos assentados era antes ocupada por culturas vinculadas ao agronegócio. O Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) relata a utilização da Fazenda Cunha para o plantio de soja, com uso de maquinário pesado. A década de 1980 foi de expansão da produção de soja na Microrregião do Entorno de Brasília, onde o assentamento se localiza. O uso anterior do seu espaço resultou em sérios prejuízos ao meio natural. Em seu relato, por ter vivenciado esse processo, o Sr. João nos afirmou:

Era um solo bastante compactado, solo deteriorado, detonado, né? Só tinha carrapicho, num tinha outra coisa, né? Carrapicho e lobera, num tinha mais nada. Na lavora de soja é deteriorado, tirado tudo, ocê tem que aprotetá o máximo de espaço que ocê tivé. Até dento dos corgo, nas berada dos barranco dos cargo ocê empurra. Nós fazia muito isso, e acabô nós teno impacto na questão de água. Então, um corguinho, que é o corgo Cunha, que hoje traz o nome do assentamento era um corgo seco. (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia dezessete de Dezembro de 2012).

A fala desnuda como o tempo do capital despreza o tempo da natureza exterior, sustentado pelo poder dos discursos simbólicos de eficiência, produtividade e modernidade. Com isso, escondem as graves agressões a sócio-biodiversidade do Cerrado. Mas esse uso destrutivo deu lugar à produção agroecológica. Este projeto, gestado pelas organizações camponesas, além do desafio de recuperação do espaço herdado, teve de travar uma luta dura contra os atores do agronegócio. Os camponeses organizados pelo MST tiveram de ocupar, acampar, resistir na terra. As estratégias comprovam a existência da disputa territorial. Esses atores se levantaram contra as relações dissimétricas para construir outro território. Assim relatou o Sr. João:

Em 97 a gente fizemo a ocupação do Cunha, fizemo acampamento do MST na região do Paranoá com 360 e pouca família, e fizemo ocupação no Cunha no dia 02 de novembro de 97. E depois de garantida a área, foi uma luta bastante grande por causa da questão dos Roriz, que era um impacto político muito forte, no município os juiz, os adevogado era tudo ligado à família, né?

Na disputa os camponeses reconheceram o viés de classe deste processo. O campesinato lutou contra o agronegócio que, como esclarecem Fernandes e Welch (2008), é formado por um conjunto de atores que costuram alianças, atuam conjuntamente e se aproximam por interesses similares e, além disso, penetram por dentro do Estado. Assim, os proprietários nominais da terra à época, devido ao apoio da oligarquia regional, com posições privilegiadas no poder judiciário, conseguiram contestar a ação camponesa com medidas judiciais para a desocupação da área. A ação do Estado a favor da oligarquia agrária, no entanto, também aconteceu por meio do poder repressivo. O Sr. Joaquim relata:

No início nós entramo no Três Conquista, ao lado do PADF. Aí os dirigente do MST conseguiu essa fazenda aqui. Nós ocupamo dia dois de novembro de 1997, a uma hora da madrugada. Chegamo e armamo as barraca, no outro dia tinha preocupação com os latifundiário, nós não dormia. No outro dia, a polícia já estava aqui. Nós trouxemo alimento pra quinze dias. A polícia ficô de campana, com olheiros nos morros para evitá a nossa saída e aumentar a pressão. (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e dois de Fevereiro de 2013).

A luta pela terra no assentamento referido significou a subversão à ordem imposta e acirrou a luta de classes. Os latifundiários podiam reagir a qualquer momento. Mas eles não se deram a esse trabalho. O aparelho repressivo do Estado passou a intimidar os camponeses acampados e atribuir-lhes crimes até mesmo fora da área ocupada. O Sr. Aparecido, a respeito das dificuldades do período de acampamento, declara: “*O mais difícil foi a repressão da polícia, eu fiquei detido 10 horas porque tava trazendo alimentos pro acampamento.*” (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Fevereiro de 2013). Integrar movimentos sociais já é motivo para ser considerado criminoso, não importam as razões da luta, o princípio da propriedade privada tem caráter absoluto no Brasil. Para protegê-la o Estado restringe o acesso do camponês ao alimento, tanto deixando a terra improdutiva, quanto proibindo o direito a circulação em momentos de luta. Contudo, as ameaças não resultaram em recuo, os grilhões já estavam rompidos. A retomada do território, entendido não somente como campo de forças, mas como domínio/apropriação da materialidade se tornou fundamental para garantir a sobrevivência das famílias camponesas.

Dona Marta relata as estratégias construídas no período de cerco ao acampamento: “*Sinceramente, vou dizê pra você, o confronto que enfrentamo com a polícia foi brabo, ficamo ilhado doze dia e sobrevivemo do que tinha, cobra, peixe, a polícia veio pra cá pra desocupá.*” (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Março de 2013). A pressão do MST fez com que a ação do Estado, totalmente vertida para os interesses do agronegócio, se voltasse também para o

atendimento de necessidades dos camponeses. Mas os assentados relataram que os alimentos entregues pelo INCRA eram de péssima qualidade. Além disso, as quantidades entregues eram insuficientes. Desse modo, as ações do Estado, disputadas pelas classes sociais, são determinadas pela dissimetria de poder entre elas. No Assentamento Cunha esse processo se manifestou de forma clara. Portanto, a territorialização dos camponeses implicou na luta pela retomada do território. As informações obtidas no Assentamento Cunha dão conta que das trezentas sessenta e duas famílias que ficaram acampadas, sessenta e duas foram assentadas no próprio local, as demais foram assentadas em outros assentamentos da microrregião do Entorno de Brasília. Segundo Almeida *et al.* (2008), as famílias do acampamento na Fazenda Cunha realizaram cinco ocupações nos municípios de Padre Bernardo e Luziânia, e foram assentadas em quatro assentamentos entre os anos de 1998 e 2000, informação confirmada nas entrevistas com os assentados.

Assim, os camponeses numa disputa dura contestaram a ação impetrada pelo latifundiário, minando sua base de sustentação jurídica. Após a ocupação que ocorreu em dois de novembro de 1997, decorreu mais de três anos para a criação do assentamento e acesso definitivo à terra pelos assentados. A luta pelas terras do Assentamento Cunha reafirma-o como território-assentamento construído a partir da disputa entre classes sociais. A conquista dele encerra a longa marcha dos camponeses, eivada de dores, sofrimentos, angústias, preconceitos e dilaceramento familiar. A esse respeito o Sr. Reginaldo relata:

Fiquei nove ano e oito mês em acampamento, longe da família. Teve filho que foi comigo e num tinha como estudá. Quando tinha escola, os oto menino da escola chamava ele de “Sem Terra.” O sofrimento fez ele começá a negá a í pra escola, porque o preconceito era muito grande. Foi muito sofrimento, muito sofrimento... (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Março de 2013).

A obtenção da terra possibilitou a territorialização de projetos articulados pelas organizações camponesas em associação com outros atores, como o da agroecologia, contraposto ao do agronegócio. A construção da agricultura agroecológica se constitui em importante elemento na luta do campesinato pela apropriação/domínio do território do agronegócio. De acordo com Molina (2009) e Altieri (2012), a conquista dos camponeses de terras do agronegócio é fundamental para a construção da produção agroecológica, pois permite ter acesso ao território. O campesinato não escapa do agronegócio, mas como declaram Fernandes e Welch (2008) nele sua posição será subalterna. Além disso, como defende Altieri (2012), propriedades camponesas apresentam potencialidades agroecológicas, pois são mais agrobiodiversas, atendem melhor às demandas de consumo familiar e de mercado, tem uso mais eficiente dos recursos locais, são mais produtivas, além de conservar os recursos naturais e resfriar o clima, elementos não atendidos pelas monoculturas do agronegócio. Desse modo, para que a produção agroecológica se realize, o primeiro passo na correlação de forças é ter áreas sobre o controle do campesinato. Além disso, como destaca Vergés (2011), a terra continua sendo um meio de produção fundamental para o camponês e como relata Luxemburgo (1985), o imperialismo tende a expropriar o camponês da terra de forma violenta.

A conquista da terra implica na continuidade da luta para permanência nela, por exemplo, para determinar os rumos da sua organização interna. No Assentamento Cunha a produção territorial envolveu disputas entre organizações mediadoras camponesas e o Estado. Assim como, desencontros das famílias camponesas com os dirigentes do MST e dissidências entre dirigentes que provocaram a territorialização de outras agências mediadoras no assentamento. A origem do desencontro entre as famílias assentadas e os dirigentes do MST estava na proposta de organização territorial do assentamento para a produção coletiva. A esse respeito relata um dos dirigentes:

Então... Na época, a gente fez a ocupação, nós tinha a visão, como nós, os dirigente, era todos dirigente era de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, na época dos dirigente do MST na época. O que que nós quiria? Nós

queria fazê um assentamento, perto de Brasília, modelo. Então esse era o objetivo do MST da época, fazê um assentamento modelo pra você se espelhá naquele assentamento pra depois você fazê outras região, porque aqui nós pegamo DF, Goiás, e Minas Gerais, a sede de Brasília pega essas três região. Então a ideia era nós fazê um assentamento modelo, nos modelo de Santa Catarina e Paraná. (Antigo dirigente do MST residente no Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Abril de 2013).

A produção coletiva era defendida pelos dirigentes, o que demonstra uma perspectiva de vanguarda na atuação com a base. Nos movimentos sociais esse processo é fortalecido com a participação dos líderes em cursos de formação, entre outros meios de acesso ao conhecimento acumulado. Com isso, leem de forma leninista as propostas governamentais de reforma agrária. Já a base concebe esse processo a partir da lógica camponesa, sustentada na tríade terra-trabalho-família. Esse conflito demandaria um aprofundamento do debate a respeito das concepções políticas, econômicas e sociais dos projetos em jogo na produção territorial dos assentamentos. O Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011, p. 90) reafirma a proposta de produção territorial do MST:

A discussão embrionária do Assentamento Cunha, inicialmente fomentada pelo MST, partia da ideia de que ele pudesse se constituir em um assentamento de referência, onde todas as famílias estivessem organizadas coletivamente, diferenciando-se principalmente da organização em lotes individualizados, muito comum nos projetos de assentamento da região.

A divergência entre a territorialidade dos dirigentes e das famílias assentadas, acerca da produção territorial do assentamento, ficou evidente nas falas dos entrevistados. Sr. Joaquim nesse sentido destaca: *“Eu penso no coletivo; trabalhá na sua chácara e depois comercializá coletivamente. Num tenho nada contra coletivo, a união faiz a força, desde que tenha união, que as pessoas colaborem um na chácara do outro.”* Essa proposição de produção territorial é antagônica a anterior, enquanto na primeira a produção coletiva está assentada em elementos econômicos, político-ideológicos, na segunda os elementos socioculturais adquirem centralidade.

O termo “chácara”, que substitui a denominação “parcela”, remete a ideia de “sítio.” Segundo Woortmann (1990), o camponês concebe o “sítio” como o espaço de trabalho da família e *lôcus* de realização do seu *habitus* de classe. Já as necessidades de trabalho não atendidas pela família seriam resolvidas pelas formas de ajuda mútua, como: a troca de dias, a “traição” e o mutirão. A segunda prática é cada vez menos utilizada em Goiás. O mutirão e a traição se constituem na oferta de trabalho que os camponeses prestam a outro camponês, reunindo-se todos da redondeza e realizando o trabalho em proveito de um só, que é o gratificado, mas que nesse dia faz os gastos de uma festa ou função. Esse trabalho pode ser o plantio, a limpeza da lavoura, a colheita, etc. A diferença entre essas práticas é que no Mutirão o camponês necessitado pede ajuda ou a sua organização se dá com o conhecimento do camponês necessitado, enquanto a “Traição” é organizada sem o seu conhecimento, sendo acordado pelos amigos com a “alvorada” – chegada dos vizinhos e amigos em cantoria.

O MST questiona os assentamentos centrados na propriedade individual e com isso negligencia a lógica camponesa de organização do território. Para o movimento o individualismo fortalece o isolamento das famílias, além disso, constitui-se em barreira para o controle coletivo do processo produtivo. No acampamento e em outros espaços de formação, o MST identifica sujeitos sociais, que nos assentamentos se constituem como “novo camponês em movimento”, como destaca Misnerovicz (2012). Mas a tentativa de produção deste novo sujeito social esbarra nos dogmatismos, nos equívocos, no tempo exíguo do acampamento e na negação da lógica camponesa. Com isso, há um desencontro de anseios e projetos dos dirigentes com as famílias assentadas. Almeida (2006), ao estudar a formação dos assentamentos no Mato Grosso do Sul, entende que o MST, ao

lutar para evitar a lógica do “quadrado burro” do INCRA, ou seja, a individualização das parcelas, com a formação de grandes quadrados, margeados por estradas vicinais, defende a coletivização total das áreas conquistadas. Com isso, desconsidera mediações culturais importantes que devem ser levadas em conta na produção territorial de assentamentos, isso provoca resistências na base do movimento. A esse respeito dona Marta relata:

Todos entrô aqui pelo MST. Eu mesmo fui formada militante do MST. Aí decidi por um regime interno coletivo, uma agrovila, com o restante da área pra plantá. Isso levou o conflito com o MST e acabô que uma parte grande do pessoal ficô com o sindicato, a CONTAG. Isso foi um grande problema. Nós não aceitamo mais as condição do MST. O MST pra mim foi uma luz na frente, me mostrou outra visão. Mais o problema é que tudo tem defeito, e o do MST é que eles impõe um regime de imposição, autoritário.

O relato demonstra que o modelo de produção territorial dos dirigentes do MST se assentava no projeto político-ideológico do movimento. Enquanto a base defendia a formação de acordo com seu *habitus* de classe, sustentado na tríade terra-trabalho-família. A presença da CONTAG, historicamente mais vinculada ao Estado e com projeto político contraposto ao do MST foi outro complicador na organização territorial do assentamento. Sua territorialização foi resultado da expulsão de dirigentes. Uma assentada esclarece:

O racha aqui foi assim: três coordenadores do MST foro expulso do movimento. Aí eles fizeram o seguinte: eles trabalharam com a base, contra o movimento, o MST. Eles era autoritário, dissero que o assentamento era deles, dizia isso já na fase de pré- assentamento. Mais aí, mais ou menos 12 pessoas foro contra. Como eles era esperto, se aliaram à CONTAG. (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013).

Para alguns assentados os dirigentes expulsos tinham uma atuação centralizadora, autoritária. Muitos entrevistados, no entanto disseram que vieram para o assentamento graças ao convite deles. Segundo Woortmann (1990), o camponês sustenta suas ações no princípio da reciprocidade, do dar e receber. Com isso, entende-se que muitos assentados acreditavam ter uma dívida moral com os dirigentes expulsos. Sendo assim, aderiram a Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Brasília e Entorno (FETADEFÉ). Um dos expulsos explicou da seguinte forma as razões da expulsão:

O problema é o seguinte: quando nós entrô na área com um grupo do MST, eu era um dos dirigente, mais outros dois companheiros. Nós era a principal liderança do MST, só que nós cresceu muito, fizemo muita ocupação com a bandeira do movimento. Aí nós criamo, dentro do MST, ciúmes, no DF, o MST não avançava. Nos acusaram de desvio político, aí se criou um grupo no Cunha, inicialmente um grupo de 11 famílias, mais ou menos, elas continuaram com o MST. O restante das famílias foi pro sistema CONTAG, num total de mais ou menos 50 famílias. (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013).

Nos relatos muitos assentados rebateram a tese de “ciúmes.” Segundo eles, houve cooptação desses dirigentes pela oligarquia agrária local. Além disso, os interlocutores defendem que em torno de quatorze famílias permaneceram como integrantes do MST, as demais se vincularam a CONTAG. Nesse sentido, a disputa entre estas organizações e a desconsideração dos *habitus* de classe do campesinato, culminou na forma particular de tessitura dos limites no Assentamento Cunha. Nas entrevistas, os dirigentes da primeira organização demonstraram rejeição à presença da segunda, pois isso complicaria mais a discussão da organização territorial. Além disso, a territorialização do modelo coletivo, também esbarrou na proposta de reforma agrária do Estado brasileiro, que contou com o

apoio político da CONTAG, na correlação de forças o MST perdeu espaço. No Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011, p. 91), fica evidente esse processo: “[...] a maioria das famílias em acordo com o INCRA optou pelo parcelamento individual da terra, inviabilizando a aplicação da proposta em todo o assentamento [...]”. Assim, havia uma proposição de organização territorial do órgão estatal, que foi apoiada pelas famílias vinculadas a CONTAG. Mas a superintendência regional do INCRA do Distrito Federal e Entorno decidiu pelo projeto semicoletivo. Quanto a isso o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) destaca:

O Assentamento Cunha teve sua configuração original composta pelo parcelamento de 62 lotes a serem ocupados pelas famílias, 01 área comunitária para instalação de sede comunitária, templos religiosos, áreas de lazer, escolas e demais infraestruturas coletivas, estradas de acesso, 06 áreas de exploração coletiva – AEC destinadas a empreendimentos produtivos coletivos e comerciais e áreas de Reserva Legal – RL e Preservação Permanente – APP, (PR DO ASSENTAMENTO CUNHA, 2011, p. 83).

Não obstante, o projeto coletivo também encontrou dificuldades diante das exigências do Banco do Brasil. Assim relata um dos dirigentes: “*Fizemo o projeto do Pronaf, fomo assentado em 2000, aí fizemo todo um projeto do Pronaf, todo voltado pro sistema coletivo, o Banco do Brasil também não aceitou o projeto.*” (Dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Os relatos reafirmam que a produção territorial dos assentamentos está no centro de disputas político-ideológicas. A implantação da organização coletiva esbarra em dificuldades, devido aos diferentes projetos em jogo. Há uma coerência na defesa da produção coletiva, todavia, os dirigentes dos movimentos desconsideram formas históricas de coletivização do campesinato, o que inviabiliza o diálogo. A produção territorial do assentamento pode ser observada na Figura 2 e o desdobramento deste processo na Figura 3. Como mencionado o mesmo foi criado no modelo semicoletivo. Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), na demarcação original há um número total de 62 parcelas, cada uma tendo 6 hectares. O restante da área produtiva ficou distribuído na área coletiva, que detinha 335,86 hectares. As áreas de reserva legal tem 204,27 hectares, de preservação permanente 113,75 hectares e o espaço comunitário, 4 hectares.

O resultado das disputas entre os atores pode ser verificado na disposição das tessituras, assim como as diferentes territorialidades que intervieram na demarcação dos limites. Nela se observam também as quatorze famílias que resistiram às delimitações do INCRA, com a constituição do grupo coletivo “Eldorado dos Carajás.” Estas famílias estavam organizadas em cerca de 70 hectares, onde residiam e mais 69,89 hectares integrado à área coletiva do assentamento, (Figura 2). Segundo dirigentes do MST, o objetivo da formação do assentamento no modelo coletivo era viabilizar a produção agroecológica. Algumas famílias do coletivo corroboraram com está assertiva, segundo elas, assim teriam maior controle dos insumos e dos canais de comercialização, isso facilitaria a construção da produção agroecológica, já que viabilizaria decisões coletivas na produção.

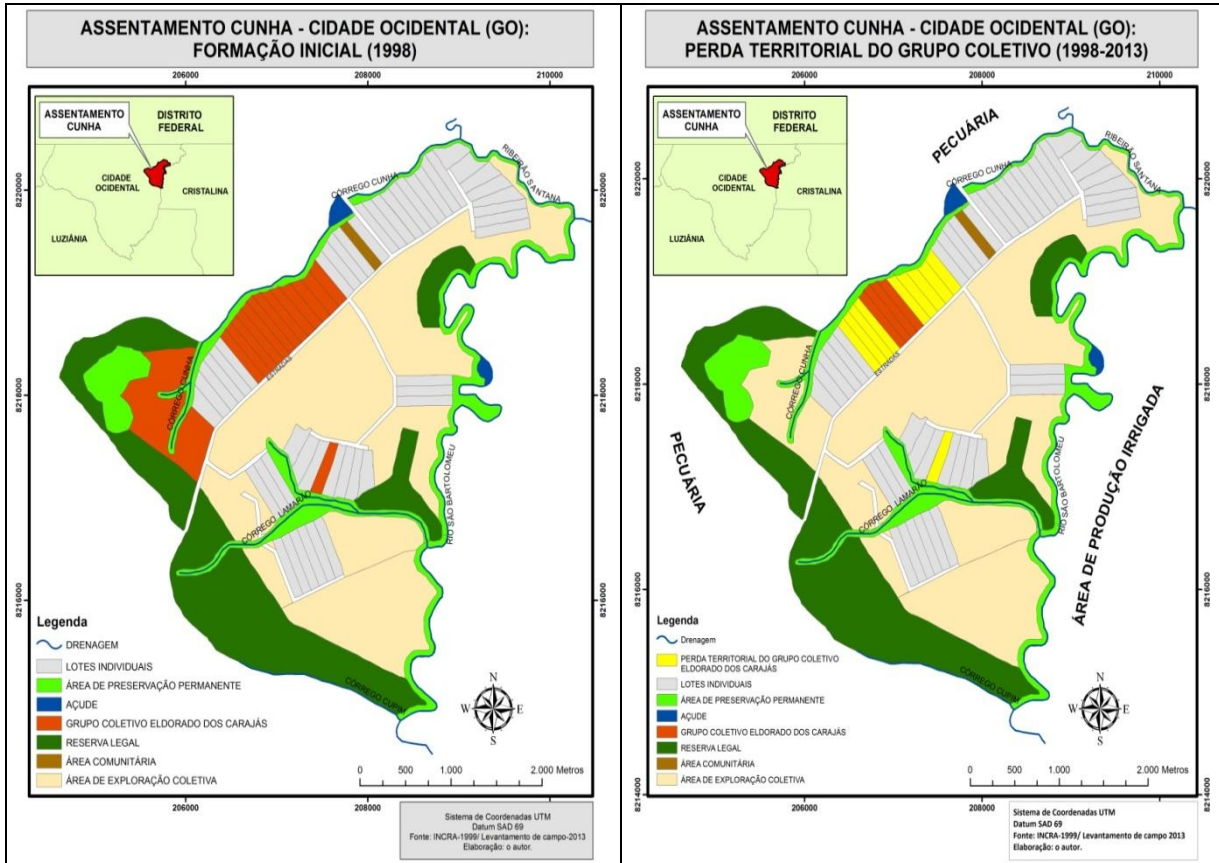


Figura 2 – Município de Cidade Ocidental - GO – Assentamento Cunha – Formação Inicial -1998

Figura 3 – Município de Cidade Ocidental - GO – Assentamento Cunha – Perda Territorial do Grupo Coletivo Eldorado dos Carajás -1998 – 2013

O depoimento das famílias do coletivo “Eldorado dos Carajás” se aproxima da explicação de Correia (2007), acerca da revisão do modelo de assentamentos pelo MST. Segundo o autor, como resultado da crise do sistema de cooperação de 1990, o movimento decidiu que a organização territorial deveria privilegiar a formação de pequenos núcleos de moradia cooperados, para aproximar as famílias e evitar a criação de propriedades individuais. Assim, seria possível fortalecer a produção agroecológica com a gestão comunitária dos recursos naturais e do território, além da titulação coletiva da terra. Tomaz, integrante da coordenação nacional do MST/Via Campesina, acerca da produção territorial dos assentamentos como possibilidade para a produção agroecológica também destaca:

Primeiramente, há a necessidade de coletivização dos meios de produção no nível máximo possível de acordo com a consciência e o processo histórico daquele coletivo que está se territorializando. Essa coletivização permite desde a otimização no uso de maquinário até, no caso das áreas produtivas coletivas, o melhor planejamento do agroecossistema, de acordo com as condições edáficas e microclimáticas do território conquistado. Há também a necessidade de um projeto coletivo de agroindustrialização, que liberte os camponeses da escravidão dos produtos in natura e permita projetos de comercialização mais avançados que alcancem mercados populares distantes. A comercialização institucional é outra base da produção territorial. É papel do Estado garantir alimentos de qualidade, saudáveis, para a população escolar, hospitalar. E, para garantir a transição agroecológica efetiva, a comercialização institucional, com bonificação para alimentos agroecológicos, é decisiva para proteger o campesinato do ataque do capital que está em volta do território e não quer que uma

proposta territorial autônoma vingue. Por último, e também em relação ao elemento acima descrito, o território conquistado necessita ter conexão direta com as massas trabalhadoras da região, seja nas pequenas, médias ou mesmo grandes cidades. A produção agroecológica deve estar alimentando o povo, não a burguesia. (Liderança da Via Campesina/MST em questionário aplicado por Silva no dia vinte e quatro de junho de 2013).

Da fala se depreende que os limites não são inocentes. A disposição deles reflete as estratégias dos atores sociais. Para o MST a propriedade privada é contrária à produção agroecológica, porque dificulta o controle coletivo dos meios de produção e a organização política, elementos fundamentais para a autonomia camponesa frente ao capitalismo financeiro, industrial, usurário e comercial, além da luta por políticas públicas favoráveis do Estado. Nesse sentido, Molina (2009) também destaca que a propriedade privada viabiliza a criação apenas da produção orgânica, pois se cria a dependência dos agricultores a insumos externos. Segundo o autor, é preciso lutar em defesa de territórios agroecológicos amplos. O Estado, em detrimento, apoiado por organizações como a CONTAG, divide o espaço com intenções geopolíticas de domínio/controlado dos camponeses. O fato é que o desencontro entre os atores envolvidos resultou na trama territorial expressa na Figura 3. Nela se nota a redução da área de produção coletiva em consequência das disputas políticas internas no Assentamento Cunha. De um lado, o coletivo “Eldorado dos Carajás”, produto da resistência dos camponeses do MST, do outro, os lotes individuais e a área coletiva, apoiados pelos demais camponeses vinculados à CONTAG. Os assentados vinculados à CONTAG afirmam que o modelo semicoletivo trouxe prejuízos para as famílias desenvolverem as atividades produtivas. Segundo eles, é difícil conciliar atividades na área individual com as da área coletiva, principalmente devido à redução da mão-de-obra familiar.

Os usos atuais da área coletiva se vinculam à criação de bovinos e equinos, como se pode observar na Figura 4. Essa utilização produz conflitos entre as famílias assentadas. Segundo os entrevistados, com a inviabilização do uso coletivo, devido às dificuldades de organização política e à falta de acesso a crédito para investimento coletivo se decidiu pelo seu parcelamento. Segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), no ano de 2002 a comunidade propôs ao INCRA o seu parcelamento. No entanto, apesar de contar com a concordância da instituição, as famílias tiveram de pagar pelo serviço topográfico de demarcação dos lotes complementares. Como o coletivo “Eldorado dos Carajás” optou por demarcar seus lotes na área de exploração coletiva V e sete famílias não participaram do processo, apenas quarenta e seis famílias se dispuseram a pagar pelo serviço. Assim, restam dezesseis famílias que não tiveram seus lotes complementares demarcados. Além disso, segundo o Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011), a alocação física desses 46 lotes ainda não foi realizada. Com a indefinição do processo, apenas duas famílias cercaram seus lotes de 5 hectares. Portanto, as áreas de exploração coletiva continuam sendo utilizadas apenas pelas famílias que têm criações animais, sendo que poderia ser *locus* da integração lavoura/pecuária, prática fundamental na produção agroecológica. Portanto, aumentam as dificuldades das famílias de ter o controle dos meios de produção, o que fortaleceria a produção agroecológica.

Muitos assentados precisam comprar adubos orgânicos, outros tentaram a integração lavoura/pecuária nas parcelas individuais. Mas com uma área de seis hectares, o gado evade e entra em outras propriedades. Isso resulta em conflitos entre vizinhos. Descapitalizados para implantar a pecuária intensiva, alguns venderam o rebanho, o que resultou em perda dos produtos derivados do leite, da poupança camponesa em períodos de crise, assim como do adubo, importante para práticas agroecológicas. A proposta de produção territorial do MST, derrotada na correlação de forças com outros atores, ficou circunscrita ao coletivo “Eldorado dos Carajás.” Esse já nasceu fragmentado, como se observa na Figura 3. Também sua descontinuidade territorial provocou a deseconomia no deslocamento da mão-de-obra, ou seja, houve ampliação do tempo gasto no deslocamento para realizar o trabalho. O fato é que houve dificuldades de formação do território agroecológico amplo com a conseqüente fragilidade na adoção de práticas agroecológicas,

como ciclagem de nutrientes e energia e territorialização do princípio da agrobiodiversidade. Assim como, na Figura 3, nota-se que esse coletivo sofreu perdas territoriais entre 1998 e 2013.

Figura 4 - Assentamento Cunha - Bovino na Área Coletiva do Assentamento



Org. Autor. Abr. 2013.

Em consequência, das quatorze famílias que o integravam em 1998 restam somente quatro. A disputa do MST com a base e a CONTAG/Estado resultou num ambiente de discórdia que dificultou a consolidação do coletivo. Além disso, segundo ex-integrantes do grupo, o projeto de experiência agroecológica do MST, em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), assentado no coletivo “Eldorado dos Carajás”, sofreu com o centralismo das atividades em algumas parcelas, com benefícios para determinadas famílias. No entanto, a ação do Estado, pactuado com o agronegócio, também contribuiu para dilacerar o coletivo e sua proposta de produção agroecológica. Há uma escala de poder em que se situam os camponeses e suas organizações. Esse aspecto é central para entender a produção territorial e viabilidade econômica dos assentamentos, tal como o Assentamento Cunha. A respeito disso, no próximo item, a reflexão está focada na análise da interferência do agronegócio na territorialidade do assentamento em questão e, por conseguinte, os prejuízos acarretados à produção agroecológica.

A ação do agronegócio no Assentamento Cunha

O Assentamento Cunha está “cercado” pela produção do agronegócio. Essa contiguidade espacial implica em pressão direta sobre os camponeses assentados. As dificuldades para desenvolver as atividades produtivas com uso de práticas agroecológicas são correntes nos relatos dos assentados. Dessa forma, um dirigente do assentamento relata:

Na agroecologia nós temos um problema seríssimo com a mosca branca [Bemisia tabaci]. Do outro lado do rio São Bartolomeu já é Cristalina, lá tem os pivôs de soja, milho e sorgo [sorghum indicum L.], irrigado. Eles produzem no sistema de rotação e usa muito agrotóxico. Eles pulveriza lá com avião.

Então, quando eles bate lá, os inseto vêm tudo pras nossas parcela. O pessoal tá perdendo todas as safras de feijão por causa da mosca branca. Tem gente aí que plantou muito feijão e num colheu quase nada. (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e cinco de Maio de 2013).

Nas entrevistas outros assentados declararam que houve queda da área produtiva e da produtividade de feijão nos últimos anos, devido ao ataque de insetos vindos da produção monocultora limítrofe. O ataque ocorre não somente no feijão, mas em outras culturas agrícolas. Outro dirigente afirma: “*Só de verdura eu perdi esse ano uns R\$ 1.800,00. A mosca branca atacou demais.*” (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013). Os assentados não têm dúvida quanto à origem das “espécies-praga” que atacam as lavouras. Muitos conseguem inclusive identificar algumas delas, como indicado pelo Sr. Fernandes: “*A soja do outro lado do Rio São Bartolomeu trouxe esses inseto pra cá. Essa tal de mosca branca, vaquinha [Diabrotica speciosa], besouro [Coleoptera], vários inseto.*” (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Nota-se que a produção do agronegócio promove prejuízos à produção agroecológica. Assim o Sr. Josué se expressa: “*Quando as vaquinha ataca elas bota pra quebrá. Eu tenho certeza que elas vêm da soja.*” (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). No mesmo sentido, destaca Sr. José: “*Olha aqui pô cê vê. A mosca branca atacou meu feijão de corda. Ela chupa a vagem. Fica esses pontinho e a semente fica menor. Perde valor. Eu num sei como nós vai fazê. Os dono da soja bate veneno lá os inseto vem tudo prá cá.*” (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Na Figura 5 se observa o limite do Assentamento Cunha com a área de produção do agronegócio territorializada no município de Cristalina. O Rio São Bartolomeu, com sua área de preservação permanente, se constitui na única barreira entre os dois espaços, o que acarreta na migração das “espécies-praga”, no deslocamento de agrotóxico para o assentamento. Assim como na contaminação das sementes das culturas agrícolas, produzidas nas experiências de melhoramento fitoparticipativo com a EMBRAPA, além da poluição e apropriação dos recursos hídricos.

Figura 5 - Assentamento Cunha - Limite do Assentamento Cunha com Produção do Agronegócio no Município de Cristalina



Org. Autor. Set. 2013.

Pela análise da Figura 5, verifica-se paisagens que expressam processos produtivos diferenciados. Em destaque, parte da Área de Preservação Permanente do assentamento (APP) e ao fundo área de produção do agronegócio. O que se evidencia é, de um lado, a produção agrícola assentada nos princípios da agroecologia e, ao fundo, a homogeneização da produção com os monocultivos. Como afirma Altieri (2012), a coexistência da produção do agronegócio, com aquela pensada a partir de princípios e conceitos da agroecologia se revela impossível. A aplicação de agrotóxicos contamina as famílias e suas produções

agrícolas. O limite existente, o rio São Bartolomeu, não impede o deslocamento do agrotóxico pulverizado com aeronaves. O plantio de sementes híbridas ou transgênicas de milho pode resultar na contaminação das sementes utilizadas por muitas famílias camponesas, causando o fenômeno denominado por Altieri (2012) de introgressão, em que os polens das primeiras contaminam as da última.

O desequilíbrio ecológico provocado pela produção do agronegócio resulta em consequências graves para os camponeses do Assentamento Cunha. Além disso, a precariedade das políticas públicas para a agricultura camponesa ocasiona a migração de mão-de-obra do assentamento, devido ao exíguo retorno de renda das atividades desenvolvidas na parcela. O pacto de poder de economia política do agronegócio atua diretamente na territorialidade cotidiana do Assentamento Cunha. O fato é que o conflito do agronegócio com a agroecologia expressa as racionalidades diferentes desses paradigmas produtivos. O primeiro, promovido pela economia do agronegócio e concretizado por meio da monocultura, se assenta na uniformidade genética, na aplicação de agrotóxicos, nos fertilizantes químicos, na mecanização, na utilização de sementes transgênicas, em suma, na simplificação dos agroecossistemas. Já a segunda se sustenta em práticas como a policultura, a diversidade genética, o uso dos adubos orgânicos, entre outras ações, desse modo, na diversidade dos agroecossistemas.

E não há apenas um cercamento material da produção agroecológica do Assentamento Cunha. Delgado (2013), destaca que com o pacto de poder instalado com a crise cambial de 1999, delineou-se uma estratégia para capturar a renda da terra, por meio da economia do agronegócio, com o uso de aparatos ideológicos, que envolve a expansão do crédito público e o direcionamento dos rumos da política agrícola. Neste processo existem sujeitos sociais excluídos deste pacto, como os camponeses. Isso reflete nas políticas públicas no interior dos assentamentos, com características precárias e isoladas. Por exemplo, a agricultura com princípios agroecológicos instalada no Assentamento Cunha sofre com a falta de acesso à logística de beneficiamento, armazenamento e transporte da produção. Dona Alzira relata: *“Poderia ser compensador, mas não tenho transporte.”* (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Maio de 2013). Na avaliação dos assentados, os programas de compra institucional, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são mecanismos importantes. Tanto que o Sr. Severo defende: *“Tem de aumentá as instituição de compra direta do governo federal.”* (Assentado do Assentamento Cunha, em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Um dos dirigentes é enfático quanto à importância da referida política pública:

Sem sombra de dúvida, com o PAA e PNAE melhorou substancialmente, entrou em torno de cento e vinte mil reais a partir do PAA e PNAE. Há uma parceria com o município de Cidade Ocidental, entregamos em colégios, asilos, creches. Temos no Cunha hoje em torno de 20 famílias com a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Nós podemos vendê hoje em torno de R\$ 24.800, 00 para o governo federal. (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Na pesquisa de campo, constatou-se que dezenove famílias estão vinculadas aos programas de compra institucional, com possibilidades de ampliação desse número. Mas num universo de sessenta e duas famílias, esse número representa um acesso restrito, o que permite a exploração da maior parte delas pelo capital comercial, no momento de realização da mercadoria. Além disso, as promessas e expectativas geradas com os programas promovem a desmobilização da maior parte das famílias para a conquista de outras organizações que libertem os camponeses da escravidão do *in natura*, assim como a construção de outras alianças com os trabalhadores urbanos. Mas, o Sr. João deixa claro que os canais de venda institucional não são a panaceia para todos os males:

Com a política do governo, da merenda escolar, do' cê introduzi pelo meno na merenda escolar, pelo meno 30%, 40% tem que sê ecológico, então deu um avanço com os produtor. Que nem o pessoal nosso aqui, vende a maioria pra merenda escolar. Mas o limite ainda é muito pequeno. Não tem como ampliá muito, porque o DAP é poquinho.

No assentamento, os programas de compra institucional têm sido importantes para a produção agroecológica. Muitas famílias que a haviam abandonado retomaram-na devido a esses programas. No entanto, para os assentados os limites de compra deles, a pequena quantidade de agricultores inscritos, a necessidade de famílias entregarem na DAP de outras traz a importância da formação de outras organizações produtivas. A consolidação da produção agroecológica encontra limites para se realizar por inteiro dentro do modo de produção capitalista. Já que não se autodetermina é submetida à reprodução ampliada do capital. O Sr. João declara:

É difícil sobrevivê na agroecologia, porque na nossa região, por exemplo, se ocê produz agroecológico, num tem pra quem vendê, não tem cooperativa. Por exemplo, o pequeno produtor só consegue comercializá se ele tem cooperativa. Se ele não tivê cooperativa ele vai vendê pra quem? Cê vai colhê 20 saco de feijão, vai vendê pra quem? Cê vai colhe 100 saco de milho vai vende pra quem? Não tem como comercializá, o pequeno, na nossa região. Isso é um estudo que foi feito na região de Luziânia com as cooperativa do Paraná. Os cara questionaram como é que ocês vai tê pequeno produtor na região se não tem cooperativa aqui? Ocês vão vendê pra quem? É o exemplo nosso, ano passado. Eu te contei a história ontem. Eu colhi 40 saco de feijão, não tinha pra quem vendê. Ocê vai vendê 40 saco de feijão pra quem? Na fêra ocê absolve um poquinho, mais o feijão ocê não consegue guardá, feijão bão, dum ano pra Oto. O feijão é sazonal. Cada três, quatro mês cê tem que tê feijão novo, senão cê só tem feijão velho. Cabamo perdeno 40 saco de feijão que não conseguimos comercializá. Num tem comércio. Ocê vai colocá isso aonde? O grande ele consegue colocá. Mas o pequeno vai colocá aonde? Essas coisas, por exemplo. Se ocê colhê 100 saco de milho, ocê vai vendê pra quem? Ocê tem que vendê picado, aqui, acolá, pra quem acha de comprá. Aqui nós temo exemplo. Esse meu vizinho, ele tá com galpon cheio de milho do ano passado ainda. Não consegue vendê o milho. E é tudo orgânico. Tá com o galpon cheio de milho. E agora já plantô ôto milho e o milho véio tá no galpon, ainda. Cê não sabe o que faz. Fica vendeno um saco pra um, pra outro, pra qui dentro mesmo, pó pessoal daqui. Num tem onde vendê, né. Ocê, ocê num tem apoio do governo. Ocê num tem nada. Como que ocê vai colocá. Num tem política voltada pó pequeno produtor na região. Só tem voltada pro grande. Pó pequeno não tem.

O interlocutor menciona a precariedade da logística de transporte, armazenamento, beneficiamento e comercialização da produção. Com isso, acontece a exploração do capital comercial por meio dos intermediários, sobretudo os proprietários de restaurantes, churrascarias, supermercados, açougues e agroindústrias. Nesse sentido, os assentados ou se submetem a eles ou perdem todo o excedente da produção, porque conseguem comercializar somente pequenas quantidades nas vendas institucionais, ou diretas ao consumidor. Como declara Delgado (2013), as políticas públicas como redutos de contra hegemonia, não são articuladas para estabelecer limites às estratégias do agronegócio, pelo contrário o fortalece nos assentamentos. Neste campo de forças estabelecido está em jogo a apropriação da renda da terra. Vergés (2011) destaca que o Estado deve atuar na destruição do lucro extra dos capitalistas intermediários. Mas, para isso, necessita implantar uma política que contenha ações conjuntas e não isoladas. Como a exploração do campesinato pelo capital se dá por diversos caminhos - na compra dos meios de produção, na venda da mercadoria camponesa, na aquisição de empréstimos, na obtenção de meios de vida- a sua diminuição passa pela política de crédito, insumos, bens de consumo e não

apenas pelas ações de compra institucional. Evidentemente não se escapa da transferência de riquezas ao capital global, mas se pode diminuí-la.

Os assentados tentaram organizar uma cooperativa no coletivo “Eldorado dos Carajás”, por meio do Programa de Verticalização da Pequena Produção Rural, (PROVE). Machado; Machado *et al.* (2007) afirmam que em 2004 o projeto previa a construção de uma agroindústria para o processamento de hortaliças e frutos do Cerrado. Mas, com o fim do PROVE, o dinheiro destinado à aquisição dos equipamentos não foi repassado, restando a estrutura física construída pelas famílias, destinada atualmente à extração de mel. No entanto, os assentados buscam formas de resistência ao capital. Nesse sentido, vinte famílias, devido à proximidade do assentamento de centros urbanos de Goiás e Distrito Federal, vendem também sua produção de forma direta ao consumidor. Além disso, doze famílias comercializam principalmente em feiras livres convencionais do Distrito do ABC, do centro urbano de Cidade Ocidental e de cidades-satélites do Distrito Federal. As famílias procuram diversificar suas estratégias de venda, por meio dos programas de compra institucional, negociando em feiras livres ou vendas diretas ao consumidor. Portanto, buscam vários canais de comercialização para diminuir a exploração do capital, sendo que apenas duas delas estão inseridas nos nichos de mercado da produção orgânica.

No assentamento, a assistência técnica é outra política pública precária que intervém na territorialidade cotidiana da produção agroecológica. Altieri (2012) chama a atenção para o fato de que não se trata apenas de garantir assistência técnica aos camponeses, mas com qual perspectiva política essa assistência será efetivada. O autor considera fundamental substituir o viés vertical, de imposição do pacote tecnológico das corporações multinacionais, pela metodologia horizontal, adotando o princípio agroecológico de diálogo de saberes. No Assentamento Cunha a empresa de assistência técnica desenvolve o trabalho dentro da política de assistência técnica em agroecologia. Não obstante, 46% dos assentados mencionaram que não há assistência técnica no assentamento; 21% deles consideraram-na extremamente precária; enquanto apenas 17% avaliaram-na como razoável. Dos entrevistados, 16% não responderam a essa questão. O Sr. Paulo assim declara: *“Aqui na minha parcela nunca veio assistência técnica.”* (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Dona Raimunda também afirma: *“Nunca vi isso aqui na minha parcela.”* (Assentada do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013). Já o Sr. Renato assevera: *“Que eu saiba, não existe assistência técnica. Se tem, nunca passo. Num existe.”* O Sr. Josué acrescenta: *“Num tem assistência técnica. Perdi vinte e tantas cabeça de porco aqui por causa de um morcego branco [Ectopophylla Alba]. Ele chupava o sangue dos animais.”* (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

Também uma dos dirigentes protesta: *“Não, nós num tem assistência técnica. É um dinheiro que o governo federal tá jogando fora, na lata do lixo.”* (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013). Entre os assentados que reconhece a existência de assistência técnica, muitos destacam a sua precariedade para consolidar a produção agroecológica. Dona Alzira relata: *“O técnico da Rede Terra visita duas vezes no ano. É uma vergonha. Por isso não se avança em nada.”* Outro dirigente complementa: *“É preciso mais verbas pra assistência técnica, pra tê acompanhamento contínuo.”* (dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013). O Sr. Aníbal é enfático: *“O maior problema pra essas questão ecológica é a assistência técnica.”* (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e quatro de Maio de 2013).

A fala dos entrevistados reafirma a dificuldade de desenvolvimento da produção agroecológica diante da precariedade da política pública analisada. O assentado fica à mercê dos interesses das corporações multinacionais e circunscrito quase sempre, ao conhecimento camponês, que, segundo Machado (2009) e Altieri (2012), possui seus limites para manejar ambientes ecológicos desequilibrados. O Sr. Joaquim afirma: *“Nós plantamos pelo que aprendemos com os pais. Eu já perdi um projeto de maracujá por falta de assistência técnica. O certo seria a empresa fazer o acompanhamento contínuo. Se tem*

algum fungo, doença, a gente tem de tê orientação.” No início do assentamento, quando o MST tinha uma atuação mais efetiva, houve a preocupação com a construção de parcerias com a Empresa de Assistência Técnica do Distrito Federal (EMATER-DF) e a formação de técnicos próprios, mas o enfraquecimento do movimento no assentamento eliminou está aliança. O fato é que no Assentamento Cunha a precariedade dessa política pública dificulta a realização da produção agroecológica. Isso fica claro na fala Sr. Manoel: *“A dificuldade pá trabalhá com a agroecologia é tê acesso a produtos alternativos. Se houvesse uma assistência técnica maior seria mais fácil. Como ocê vai tê acesso a método alternativo pra combatê inseto, utilizá adubo e outros insumo agroecológico?”* (Assentado do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e cinco de Maio de 2013).

Portanto, o fortalecimento de uma assistência técnica horizontal é importante para garantir o diálogo de saberes e, por conseguinte, a autonomia camponesa no Assentamento Cunha. A precariedade das políticas públicas atinge também os financiamentos. No Assentamento Cunha, 67% das famílias tiveram acesso ao crédito. No entanto, mesmo com a sua ampliação para a agricultura camponesa, 33% delas não receberam financiamento. O próprio Plano de Recuperação do Assentamento Cunha (2011) confirma que parte das famílias não teve direito aos financiamentos. Entre aquelas que receberam, 48% foram do Pronaf, 34% foram do Crédito Habitação e 18% do Crédito Reforma. Muitos assentados reclamaram dessa dificuldade de acesso aos financiamentos. O Sr. Severo afirma: *“Falta incentivo do governo federal. Só incentiva o grande. O pequeno tem muita dificuldade pra acessá o banco. O Estado incentiva só o grande.”* A explicação do assentado para esse processo está no amparo do Estado à economia do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa. O Sr. João acrescenta que há alianças do setor bancário com os grandes proprietários:

O banco não tem interesse de fazê projeto com pequeno produtô. Na região de Luziânia, que a gente conhece todo mundo, a questão deles é fazê projeto com agronegócio, com fazendêro. Eles num interessa de maneira nenhuma na agricultura familiar. Pequeno num interessa, num interessa.

Segundo Delgado (2013), na economia do agronegócio há um pacto de poder dos capitais bancários, industriais, agrários e especulativos com o Estado para apropriação da renda da terra. Com isso, maiores financiamentos são destinados aos empresários rurais. Esse pacto tem por objetivo garantir saldos comerciais positivos na balança comercial e, com isso, gerar reservas cambiais para atrair os especuladores estrangeiros. A agricultura camponesa, dentro dessa correlação de forças tem menos capital disponibilizado pelo Estado. Isso afeta a realização das atividades produtivas nos assentamentos. O Sr. Fernandes é claro quanto a isso: *“Num peguei nenhum financiamento. Tô pagano juro pessoal porque eu num consegui no banco. Tô devo empréstimo pessoal. No Brasil é assim, o rico que num paga consegue.”* Vergés (2011) destaca que a inexistência de política pública sólida de financiamento para a agricultura camponesa submete o campesinato à exploração do capital usurário. Com isso, para realizar sua atividade produtiva, o camponês se submete a juros abusivos. O resultado desse processo é a exploração, com a consequente drenagem da renda da terra para os capitalistas usurários. Associada a isso, há as exigências dos programas de financiamento para a adoção de determinada espécie animal ou vegetal e que muitas vezes não atende às necessidades dos camponeses. E no caso do Assentamento Cunha resultou em dificuldades de pagamento dos financiamentos pelas famílias assentadas. A esse respeito dona Marta relata:

Sou inadimplente porque perdi as produção de galinha e porco. Além disso, devido à forma como foi dividido os lote, tive de canalizá água, e cum isso vendi a maioria do gado. Os porco, o único remédio que tinha era do mato. Esse porco do projeto do PRONAF era aquele Duroc, num era caipira. Aí deu doença e morreu tudo. O técnico não ajudava pra nada. Era de mentira, fachada.

Nesse sentido, a efetivação conjunta de políticas públicas demandadas pelo campesinato contribuiria efetivamente para a permanência dos camponeses na terra. No entanto, políticas estatais de financiamento isoladas tem provocado endividamento. Além disso, a política de financiamentos para a produção agroecológica enfrenta outros problemas. Correia (2007) afirma que o crédito disponibilizado tem promovido o aprofundamento do modelo industrial e a seletividade dos camponeses. O autor menciona a importância da política criada no governo LULA, para a transição do modelo tecnológico para a produção agroecológica. Esse programa, contudo, está em fase inicial de implantação e conta com reduzido orçamento. Portanto, não altera substancialmente o modelo de produção preconizado para a agricultura camponesa. Segundo Molina (2009), para o fortalecimento da produção agroecológica são necessárias políticas de âmbito regional e nacional, além de marcos institucionais legais. De acordo com ele, a ideia da agroecologia como novo paradigma de produção no campo, manietada pela organização social coletiva dos movimentos sociais articulados em territórios-rede é a via para promover mudanças na política agrícola e na planificação do território. No Assentamento Cunha um dirigente defendeu que o Estado precisa construir políticas favoráveis à produção agroecológica: “*Nóis tivemos um congresso da produção agroecológica em Brasília há três ano atrás. Nóis colocamo que o Estado estava muito ausente da questão ecológica, da agroecologia, do pequeno produtô.*”(dirigente do Assentamento Cunha em entrevista concedida a Silva no dia vinte e três de Junho de 2013).

A fala do entrevistado reafirma a dimensão política da agroecologia e a precariedade das políticas públicas para a produção agroecológica. A obtenção de legislações e políticas em defesa da produção agroecológica tem sido fruto da luta organizada dos movimentos sociais. Há dificuldades para obtenção da certificação orgânica no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e de regularização de canais de comercialização direta. A consolidação da agroecologia escapa à questão técnica. É parte da luta de classes materializada em disputas territoriais. Portanto, o que os dados e informações da pesquisa comprovam, é que há um cercamento material da produção agroecológica do Assentamento Cunha pela produção do agronegócio. Além disso, Delgado (2013) afirma que dentro do pacto de poder da economia do agronegócio, a bancada ruralista associada aos *lobbys* das multinacionais, direcionam os rumos da política agrícola. O que também ocasiona as políticas públicas precárias, principalmente aquelas vinculadas à produção agroecológica. Portanto, existe interferência do agronegócio na territorialidade cotidiana da produção agroecológica do Assentamento Cunha.

Considerações finais

A análise empírica demonstra que a conquista da terra garantiu aos camponeses o direito a recamponização e conseqüentemente a possibilidade de instalação da produção agroecológica. Portanto, na correlação de forças com o agronegócio, a agroecologia precisa retomar e reocupar os espaços territorializados pelo agronegócio. Há uma disputa (i)material instalada, que se verte para conquista de porções do espaço e também pela determinação dos rumos dos processos que se instalam no território. Evidencia-se que a disputa fundamental do campesinato é para entrar e permanecer na terra. Disputa-se a disposição das linhas, nós e redes, enfim a produção do território. A pesquisa demonstrou que a disposição das tessituras do Assentamento Cunha promoveu o conflito do MST com a sua base e com o Estado/CONTAG. O MST foi derrotado na correlação de forças com outros sujeitos e seu projeto de organização do território se tornou voto vencido, pelo menos até a finalização desta pesquisa. O modelo adotado dificultou a instalação do território agroecológico amplo. Assim como a adoção de práticas agroecológicas de integração lavoura/pecuária, formação de ciclos de nutrientes e energia e entraves à formação de nichos ecológicos para predadores das “espécies-praga.” Em suma, restringiu a territorialização da agrobiodiversidade. É preciso amadurecer e construir processos dialógicos no interior dos movimentos sociais camponeses e deles com outras organizações

políticas, para articular a unidade da luta contra a economia do agronegócio. Esse é o *front* de batalha do campesinato, para garantir sua reprodução social.

O fato é que o agronegócio intervém na territorialidade cotidiana do Assentamento Cunha. Os camponeses herdaram da Fazenda Cunha um solo envenenado, compactado e as áreas de preservação permanente e recursos hídricos degradados. Além disso, eles estão cercados pela pulverização de agrotóxicos da monocultura do município de Cristalina, que polui, envenena recursos hídricos, solos e a própria comunidade assentada. Esse cercamento provoca também a migração de “espécies-praga” para o assentamento, com a destruição das lavouras, além da promoção da erosão genética das variedades participativas cultivadas pelos assentados. A asfixia da produção agroecológica do Assentamento Cunha também é resultado do pacto de poder da economia do agronegócio, com a consequente determinação dos rumos da política agrícola. Nesse sentido, a pesquisa demonstrou a precariedade das políticas públicas destinadas à agricultura camponesa. Dessa forma, o Assentamento Cunha é uma resistência política frente à ação imperialista do capital. Seu fortalecimento, assim como de outros territórios de produção agroecológica, depende de alianças do campesinato com os grupos sociais explorados pelo capitalismo.

Referências

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **(Re)criação do campesinato, identidade e distinção: A luta pela terra e o *habitus* de classe.** São Paulo: editora UNESP, 2006. 377 p.

ALMEIDA, Vicente Eduardo Soares de; FRANÇA, Rodrigues Machado de; TAVARES, Marcelo Souto de Oliveira Cabral. **Manejo dos recursos naturais com ênfase na agrobiodiversidade: o caso do Assentamento Cunha.** 15 p, 2008. Disponível em: <http://www.entorno.df.gov.br.html>. Acesso em: 13 fev. 2013.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. 400 p.

BOURDIEU, Pierre. Esboço de uma Teoria da Prática. *In:* ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia.** (Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmendi). São Paulo: Ática, 1983. p. 48-81.

CALAÇA, M. TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL: Biotecnologia, Biodiversidade e seus impactos no Cerrado. *In:* **Ateliê Geográfico: edição Especial**, 2010, vol. 1 nº 9, p. 6 – 23. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/atelie/article/view/16680> Acesso em: 31 jan. 2011.

CALAÇA, Manoel; CHAVEIRO, Eguimar Felício. Por uma abordagem territorial do Cerrado goiano. *In:* CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs.). **Geografia da e para a cooperação ao desenvolvimento territorial: experiências brasileiras e italianas.** São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 191-206.

CAPORAL, Francisco Roberto. Em Defesa de um Plano Nacional de Transição Agroecológica: Compromisso com as Atuais e Nosso Legado para as Futuras Gerações. *In:* BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 267-311.

CASTELLS, Manoel. Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede. *In:* _____. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 21-43.

CORREIA, Ciro Eduardo. **O MST em Marcha para a Agroecologia: uma aproximação à construção histórica da Agroecologia no MST.** 2007. 61 p. Dissertação de Mestrado (Curso

Master en Agroecologia: um enfoque sustentable de la agricultura ecológica)- Universidade Internacional de Andaluzia e Universidade de Córdoba, Espanha, 2006/2007.

COSTA NETO, Canrobert. Relações entre Agronegócio e Agroecologia no Contexto do desenvolvimento rural brasileiro. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 71-81.

DELGADO, Guilherme Costa. Economia do Agronegócio (anos 2000) como pacto de poder com os donos da terra. *In*: **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – ABRA: Agronegócio e Realidade Agrária no Brasil**. Edição especial, v.º 01, n.º01. p 61-68.

FABRINI, João Edmilson; MARCOS, Valéria de. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 149 p.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de território. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e territorialidades: Teorias, processos e conflito**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 197-215.

FERNANDES, Bernardo Mançano; WELCH, Clifford Andrew. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. *In*: FERNANDES, Bernardo Mançano (orgs.). **Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-69.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Sobre territórios, escalas, e responsabilidade. *In*: HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Z.; UEDA, Vanda. (orgs.). **A emergência da multiterritorialidade: A resignificação da relação do humano com o espaço**. Canoas: Editora Ulbra; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. p. 37-46.

GONÇALVES, Carlos W.P. **A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012. 461 p.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. Las experiencias agroecológicas y su incidencia en el desarrollo rural sostenible. La necesidad de una agroecológica política. *In*: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 17-70.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Rio de Janeiro: Encontro nacional da ANPUR (UFRJ), 2001. p. 17-38.

_____. Dilema de Conceitos: Espaço-Território e Contenção Territorial. *In*: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs.). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2009. p. 95-120.

_____. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios á multiterritorialidade**. RJ: Bertrand Brasil, 2004. 391 p.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Plano de Recuperação do Assentamento Cunha, Cidade Ocidental-GO**. Cristalina: Rede Terra, 2011. 200 p.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 1998. 586 p.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. *In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 79-85.*

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. (Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Mass). São Paulo: Nova Cultural, 1985. 415 p.

MACHADO, Altair Toledo; MACHADO, Cynthia Torres de Toledo et. al (orgs.). **Diagnóstico Participativo de Agroecossistemas na Área de Produção Coletiva do Assentamento Cunha em Cidade Ocidental, GO**: agrobiodiversidade e práticas agroecológicas. Planaltina, DF: Embrapa Cerrados, 2007. 37 p.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro. As necessidades Humanas, os Saberes, a Utopia: A Agroecologia, os Cerrados e sua Proteção. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 235-266.*

MARX, Karl. Rascunhos da Carta à Vera Sassulitch de 1881. (Tradução de Edgard Malagodi e Rogério Silva Bezerra). *In: **Raízes**, Campina Grande, vol. 22, nº. 02, jul./dez. 2005. p. 110-123.*

MISNEROVICZ, José Valdir. **Criação do Novo Camponês em Movimento nas Lutas pela Terra e Reforma Agrária no Final no Século XX e Início do XXI**. 2012. 180 f. Trabalho de conclusão de curso. (Graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Presidente Prudente – SP, 2012.

PERIOTO GUHUR, Dominique Michèle; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. *In: ALENTEJANO, Paulo; CALDART, Roseli Salete et. al (orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012. p. 57-65.*

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. 266 p.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: Uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. São Paulo: Outras expressões, 2011. 123 p.

_____. **Abordagens e concepções de território**. SP: Expressão popular, 2007. 178 p.

SEVILHA GUZMÁN, Eduardo; GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. 96 p.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações- o velho e o novo em uma discussão marxista. *In: **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 08, nº 07, 1-21 p. jul./dez 2005. Disponível em: revista.fct.unesp.br/index.php/nera. Acesso em: 15 Fev. 2013.*

SOUZA, Marcelo José Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In: CASTRO, Iná Elias; CORREA, Roberto Lobato et al. (orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. p. 78-116.*

TRUJILLO ORTEGA, Laura Elena; RAMÍREZ MIRANDA, César et. al (orgs.). Agroecologia Y Desarrollo Rural en Mexico: bases agroecológicas, sistemas sostenibles y soberanía alimentaria. *In: BALESTRO, Moisés V; SAUER, Sérgio. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 101-140.*

VERGÉS, Armando Bartra. **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. (Tradução de Maria Angélica Pandolfi). São Paulo: Cultura Acadêmica; Catédra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011. 339 p.

VIA CAMPESINA. **De Maputo a Yakarta**: 5 años de Agroecologia em la via campesina (Comisión Internacional de Trabajo sobre Agricultura Campesina Sustentable). Indonésia: La Via Campesina, 2013. Disponível em: www.viacampesina.org. Acesso em: 10 jul. 2013.

WOORTMANN, Klass. Com parente não se neguceia. – O campesinato como ordem Moral. *In*: **Anuário Antropológico**. Ed. UNB- tempo brasileiro, 1990. 71 p.

Recebido para publicação em 23 de julho de 2014

Devolvido para revisão em 16 de março de 2015

Aceito para publicação em 15 de abril de 2015